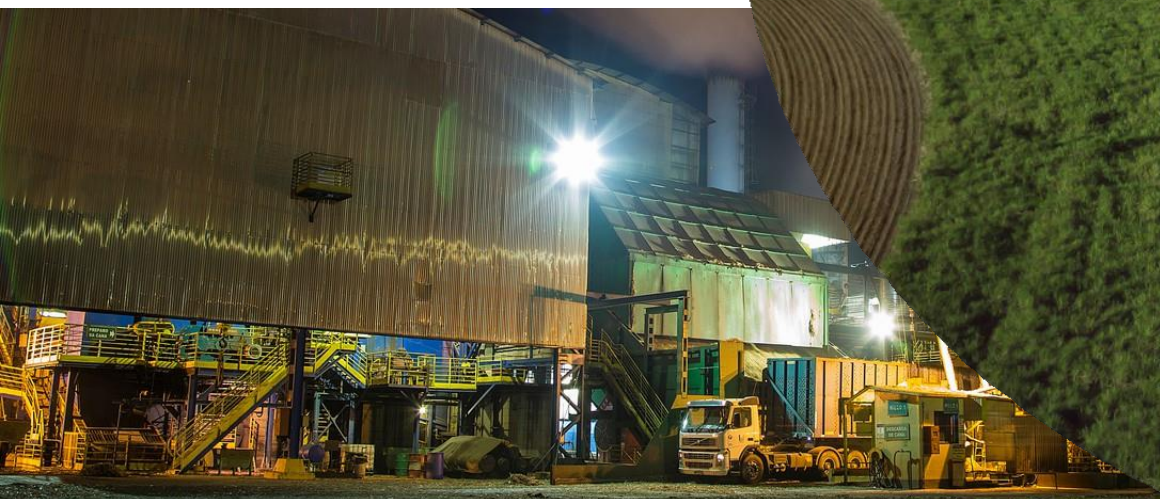




USINA SÃO JOSÉ DA ESTIVA S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL

*Demonstrações financeiras em
31 de março de 2026*



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Avenida Presidente Vargas, 2.121

Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América

Edifício Times Square Business

14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil

Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil

Telefone +55 (16) 3323-6650

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

A Diretoria da

Usina São José da Estiva S/A - Açúcar e Alcool

Novo Horizonte- SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina São José da Estiva S/A – Açúcar e Alcool (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina São José da Estiva S/A – Açúcar e Alcool em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo do ativo biológico

Ver notas explicativas n.ºs. 6.e e 12 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
A Companhia mensura o seu ativo biológico de cana-de-açúcar ao valor justo menos despesas com vendas. Essa mensuração requer julgamento crítico na determinação das diversas premissas adotadas pela Companhia, principalmente relacionadas a área total estimada de colheita, produtividade estimada desses canaviais (toneladas de cana-de-açúcar por hectares), a quantidade de açúcar total recuperável – ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, aos custos necessários para os tratos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido ao grau de julgamento na determinação das premissas utilizadas na mensuração do valor justo e ao impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram: – Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, incluindo produtividade estimada desses canaviais, a quantidade de açúcar total recuperável – ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, aos custos necessários para os tratos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto e comparação das principais premissas com informações históricas disponíveis, bem como, análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas; – Recálculo matemático do valor presente determinado com base nos fluxos de caixa projetados e descontados; e – Avaliação também se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes, em relação às premissas utilizadas na mensuração do ativo biológico. Com base nos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que, a mensuração do valor justo do ativo biológico, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de março de 2026.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto/SP, 19 de junho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

Usina São José da Estiva S/A - Açúcar e Alcool

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2026	2025	Passivo	Nota	2026	2025
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	432.935	173.590	Fornecedores de cana e diversos	22	144.928	103.522
Contas correntes - Cooperativa	9	97.727	88.261	Passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas	21	88.662	96.393
Estoques	10	125.177	132.744	Financiamentos, empréstimos e debêntures	23	184.894	183.841
Adiantamentos para compra de matéria-prima	11	2.609	1.720	Financiamentos - Cooperativa	24	24.517	23.675
Ativo biológico	12	88.571	122.534	Salários, férias e encargos sociais a pagar		23.665	18.457
Instrumentos financeiros derivativos	33	9.768	6.082	Impostos e contribuições a recolher		2.041	1.563
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		17.374	17.336	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	15	17.887	26.640
Impostos a recuperar	13	28.634	47.523	Instrumentos financeiros derivativos	33	17.125	18.534
Outras contas a receber	14	21.165	14.349	Outras contas a pagar		1.626	1.154
Total do ativo circulante		823.960	604.139	Mútuo com partes relacionadas	15	66.285	77.808
Não circulante				Total do passivo circulante		571.630	551.587
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Depósitos judiciais	26	63.459	62.984	Passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas	21	255.143	312.781
Instrumentos financeiros derivativos	33	15.402	8.513	Fornecedores de cana e diversos	22	29.410	46.750
Outras contas a receber	14	0	-	Mútuo - Cooperativa	25	12.498	12.498
Impostos a recuperar	13	12.986	16.434	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	15	10.274	-
Total do realizável a longo prazo		91.847	87.931	Financiamentos, empréstimos e debêntures	23	526.645	314.440
Outros investimentos	17	8.197	8.091	Financiamentos - Cooperativa	24	2.498	2.434
Investimentos	18	84.293	75.547	Instrumentos financeiros derivativos	33	37.290	23.814
Propriedades para investimento	19	14.085	-	Mútuo com partes relacionadas	15	19.931	17.008
Imobilizado	20	841.068	808.617	Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	26	8.986	8.730
Direito de uso em arrendamento	21	318.820	383.781	Passivos fiscais diferidos	16	84.813	98.847
Total do ativo não circulante		1.358.310	1.363.967	Total do passivo não circulante		987.488	837.302
Total do ativo		2.182.270	1.968.106	Patrimônio líquido	27		
				Capital social		565.400	564.008
				Ações em tesouraria		(4)	(4)
				Reserva legal		3.464	1.600
				Reserva de reavaliação		1.191	1.234
				Ajuste de avaliação patrimonial		36.332	10.992
				Reserva de lucros a destinar		16.769	1.387
				Total do patrimônio líquido		623.152	579.217
				Total do passivo		1.559.118	1.388.889
				Total do passivo e do patrimônio líquido		2.182.270	1.968.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

USINA SÃO JOSÉ DA ESTIVA S/A AÇÚCAR E ALCOOL
Fazenda Três Pontes - Novo Horizonte/SP
CEP: 14968-899 - Tel: (17) 3542-9500



Usina São José da Estiva S/A - Açúcar e Alcool



Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Receita líquida	28	1.053.362	978.587
Variação de valor justo de ativo biológico	12	(47.760)	(51.165)
Custo dos produtos vendidos	29	<u>(840.254)</u>	<u>(789.035)</u>
Lucro bruto		<u>165.348</u>	<u>138.387</u>
Despesas com vendas	29	(2.467)	(2.197)
Despesas administrativas e gerais	29	(62.168)	(46.927)
Outras receitas (despesas) operacionais	30	<u>10.043</u>	<u>11.621</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		<u>110.756</u>	<u>100.884</u>
Receitas financeiras	31	48.962	51.439
Despesas financeiras	32	<u>(173.569)</u>	<u>(153.637)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(124.607)</u>	<u>(102.198)</u>
Participação nos resultados das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	18	<u>22.513</u>	<u>13.509</u>
Resultado antes dos impostos		<u>8.662</u>	<u>12.195</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	2.925	2.048
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	<u>25.694</u>	<u>17.716</u>
	16	<u>28.619</u>	<u>19.764</u>
Resultado do exercício		<u><u>37.281</u></u>	<u><u>31.959</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

USINA SÃO JOSÉ DA ESTIVA S/A AÇÚCAR E ALCOOL
Fazenda Três Pontes - Novo Horizonte/SP
CEP: 14968-899 - Tel: (17) 3542-9500

estiva.com.br



Usina São José da Estiva S/A - Açúcar e Alcool

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025



(Em milhares de Reais)

	2026	2025
Resultado do exercício	37.281	31.959
<i>Outros resultados abrangentes</i>		
Variação de valor justo		
Derivativos de câmbio - NDF	1.348	(1.348)
Derivativos de açúcar - Futuro/NDF/Opções	28.116	(20.311)
	<u>29.464</u>	<u>(21.659)</u>
Reconhecimento no resultado operacional		
Derivativos de açúcar - Futuro/NDF/Opções	(332)	7.031
	<u>(332)</u>	<u>7.031</u>
Total do movimento no exercício		
Derivativos de câmbio - NDF	1.348	(1.348)
Derivativos de açúcar - Futuro/NDF	27.784	(13.280)
Tributos diferidos sobre os itens acima	(9.905)	4.973
Ajuste de avaliação patrimonial - coligada	324	(4.877)
	<u>19.551</u>	<u>(14.532)</u>
Resultado abrangente total no exercício	<u>56.832</u>	<u>17.427</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

USINA SÃO JOSÉ DA ESTIVA S/A AÇÚCAR E ALCOOL
Fazenda Três Pontes - Novo Horizonte/SP
CEP: 14968-899 - Tel: (17) 3542-9500

estiva.com.br



Usina São José da Estiva S/A - Açúcar e Alcool

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)



	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros a destinar	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido (*)
Saldos em 31 de março de 2024	469.200	(4)	29	30.281	1.277	26.531	97.162	-	624.476
Dividendos adicionais propostos na assembleia geral ordinária de 19 de julho de 2024	-	-	-	-	-	-	(32.686)	-	(32.686)
Aumento de capital conforme assembleia geral ordinária de 19 de julho de 2024	64.500	-	-	-	-	-	(64.500)	-	-
Aumento de capital conforme assembleia geral extraordinária de 11 de novembro de 2024	30.308	-	(29)	(30.279)	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(43)	-	-	43	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	(1.007)	-	1.007	-
Resultados com derivativos - hedge accounting	-	-	-	-	-	(9.655)	-	-	(9.655)
Outros resultados abrangentes em investida	-	-	-	-	-	(4.877)	-	-	(4.877)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	31.959	31.959
Reserva legal	-	-	-	1.598	-	-	-	(1.598)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	1.411	(30.000)	(30.000)
Reserva de lucros a destinar	-	-	-	-	-	-	-	(1.411)	-
Saldos em 31 de março de 2025	564.008	(4)	-	1.600	1.234	10.992	1.387	-	579.217
Dividendos adicionais propostos na assembleia geral ordinária de 25 de julho de 2025	-	-	-	-	-	-	(20)	-	(20)
Aumento de capital conforme assembleia geral ordinária de 25 de julho de 2025	1.392	-	-	-	-	-	(1.392)	-	-
Dividendos adicionais propostos na assembleia geral ordinária de 15 de dezembro de 2025	-	-	-	-	-	-	(20.000)	-	(20.000)
Prescrição de Juros sobre Capital próprio conforme estatuto	-	-	-	-	-	-	-	801	801
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(43)	-	-	43	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	(533)	-	533	-
Resultados com derivativos - hedge accounting	-	-	-	-	-	19.227	-	-	19.227
Outros resultados abrangentes em investida	-	-	-	-	-	324	-	-	324
Ajuste a valor presente - dividendos a distribuir	-	-	-	-	-	2.916	-	-	2.916
Ajuste a valor justo - Reconhecimento inicial (PPI)	-	-	-	-	-	3.406	-	-	3.406
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	37.281	37.281
Reserva legal	-	-	-	1.864	-	-	-	(1.864)	-
Reserva de lucros a destinar	-	-	-	-	-	-	36.794	(36.794)	-
Saldos em 31 de março de 2026	565.400	(4)	-	3.464	1.191	36.332	16.769	-	623.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

USINA SÃO JOSÉ DA ESTIVA S/A AÇÚCAR E ALCOOL
Fazenda Três Pontes - Novo Horizonte/ SP
CEP: 14968-899 - Tel: (17) 3542-9500



Usina São José da Estiva S/A - Açúcar e Alcool
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025



(Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		37.281	31.959
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	20	109.188	96.506
Amortização de ativo biológico	12	129.332	111.026
Recuperação com créditos tributários	30	(15.804)	(2.977)
Amortização de direito de uso de arrendamento	21	116.019	132.388
Juros passivo de arrendamento	21	57.230	47.604
Perdas estimadas dos estoques	10	(147)	317
Constituição de provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	26	256	(1.514)
Mudança no valor justo de ativos biológicos	12	47.760	51.165
Resultado de equivalência patrimonial	18	(22.513)	(13.509)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(25.694)	(17.716)
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(2.925)	(2.048)
Prescrição de juros sobre capital próprio/dividendos		-	(81)
Instrumentos financeiros derivativos	33	20.663	1.961
Juros - Financiamentos Cooperativa	24	5.363	966
Variação monetária, juros e cambiais líquidas - Instituições financeiras	23	66.098	65.657
Juros - Mútuo acionistas	33	2.924	1.958
Custo residual de bens do ativo imobilizado baixados	20	11.578	2.543
Variações nos ativos e passivos			
Contas corrente - Cooperativa		(9.466)	(25.265)
Estoques e adiantamento para compra de matéria-prima		(10.648)	(23.557)
Impostos a recuperar		43.953	(9.833)
Depósitos judiciais e outras contas a receber		(7.291)	32.560
Fornecedores de cana e diversos		12.202	(45)
Instrumentos financeiros derivativos		1.182	(3.454)
Salários e férias a pagar		5.208	(868)
Demais passivos		950	(14.085)
Caixa gerado pelas atividade operacionais		572.699	461.658
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.925)	(7.688)
Juros pagos por empréstimos e financiamentos - Instituições financeiras	23	(40.568)	(45.831)
Juros pagos - Financiamentos Cooperativa	24	(5.315)	(84)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		523.891	408.055
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	20	(140.662)	(184.785)
Aquisição de ativos biológicos	12	(126.494)	(117.979)
Dividendos recebidos	18	12.393	10.153
Venda (aquisição) de investimentos		1.592	(167)
Fluxos de caixa utilizados nas atividades de investimentos		(253.171)	(292.778)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(14.781)	(43.719)
Pagamentos de passivo de arrendamento	21	(173.657)	(170.694)
Recebimentos de mútuo de partes relacionadas		-	57.064
Pagamentos de mútuo de partes relacionadas		(11.523)	(39.408)
Financiamentos tomados - Cooperativa	24	459.078	214.138
Financiamentos e empréstimos tomados - Instituições financeiras	23	346.000	215.000
Custos de transação relacionados a financiamentos, empréstimos e debêntures	23	(3.890)	-
Financiamentos pagos - Cooperativa	24	(458.220)	(212.575)
Financiamentos e empréstimos pagos - Instituições financeiras	23	(154.382)	(221.032)
Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamentos		(11.375)	(201.226)
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa		259.345	(85.949)
Demonstração de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	173.590	259.539
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	432.935	173.590
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa		259.345	(85.949)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

USINA SÃO JOSÉ DA ESTIVA S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL
Fazenda Três Pontes - Novo Horizonte/SP
CEP: 14968-899 - Tel (17) 3542-9500



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Usina São José da Estiva S/A Açúcar e Alcool (“Companhia”), sediada na Fazenda Três Pontes, município de Novo Horizonte - SP, tem como objetivo social a fabricação de açúcar e etanol nas suas diversas especificações, comercializados através da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar, Alcool do Estado de São Paulo, além do comércio, importação e exportação, inclusive de derivados, praticando todas as operações, principais e acessórias, relacionadas com tal atividade, a exploração rural e mineral, exploração de lavouras de cana-de-açúcar e culturas intercalares em terras próprias, arrendadas e/ou em regime de parceria, cogeração de energia termoeletrica e venda de energia no mercado, podendo prestar serviços rurais e assistência técnica, além de participar de outras sociedades em qualquer ponto do território nacional. Além disso, a Companhia tem por objeto a exploração da pecuária, compreendendo a engorda de bovinos em regime de parceria agrícola.

O plantio de cana-de-açúcar requer um período de 12 a 18 meses para maturação e o período de colheita inicia-se geralmente entre os meses de abril e maio de cada ano e termina, em geral, entre os meses de novembro e dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e etanol. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e sofre variações decorrentes de sazonalidade, somente de oferta e demanda normais do mercado. Em função de seu ciclo de produção, o exercício social da Companhia tem início em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano.

O período de colheita anual de cana-de-açúcar no centro-sul do Brasil é chamado de safra e tem início em abril ou maio e termina em novembro ou dezembro. Isso cria flutuações nos estoques, normalmente com picos em dezembro para cobrir as vendas na entressafra (ou seja, de janeiro a abril), e um certo grau de sazonalidade no lucro bruto apurado em bases diferentes do exercício social. Dessa forma, essa sazonalidade pode causar um efeito adverso significativo nos resultados operacionais das empresas desse setor.

As contas de resultado ficam sujeitas a sazonalidade no primeiro trimestre do exercício social, período de início de moagem na região Centro-Sul, quando o custo operacional por unidade produzida tende a ser maior devido ao baixo nível de sacarose da cana-de-açúcar colhida neste período. Adicionalmente devido à maior oferta de produtos durante a safra, é observado uma oscilação no preço das commodities, sendo que historicamente na entressafra (período sem moagem) os preços são superiores frente a média da safra. A Companhia possui como estratégia comercial o carregamento de produtos para comercialização durante a entressafra, dessa forma se beneficia dos melhores preços do período.

RenovaBio - Cbios

Em 31 de março de 2026, o Grupo Estiva possuía 94 mil Cbios emitidos. A comercialização destes títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio.

Sobre o Renovabio:

Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país.

As distribuidoras de combustíveis deverão comprovar o cumprimento de metas individuais compulsórias por meio da compra de Créditos de Descarbonização (CBIO), ativo financeiro negociável em bolsa, derivado da certificação do processo produtivo de biocombustíveis com base nos respectivos níveis de eficiência alcançados em relação a suas emissões.

Ambiente externo e fatores macroeconômicos relevantes

Conflitos Geopolíticos

Os conflitos geopolíticos representam um risco para a Companhia. A escalada desses conflitos em regiões-chave de produção de petróleo pode aumentar as variações nos preços de produtos vendidos, taxas, câmbio e insumos e questões logísticas, a depender da situação. Esses riscos podem impactar a receita e custos operacionais da Companhia.

Variações climáticas

Riscos associados às condições climáticas podem impactar a Companhia, especialmente geadas, questões hídricas decorrentes de secas prolongadas e incêndios, refletindo negativamente a produtividade dos canaviais, e consequentemente a produção de açúcar, etanol e outros coprodutos, podendo afetar as receitas, custos e valor dos ativos biológicos.

Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, primeira etapa de regulamentação da reforma tributária brasileira.

O novo modelo estabelece um IVA dual, composto por Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) – de competência federal, e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) – de competência subnacional, que substituirão gradualmente PIS, COFINS, ICMS e ISS. A LC 214 também instituiu o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre produtos e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

A transição está prevista para o período de 2026 a 2032, durante o qual coexistirão o regime tributário atual e o novo sistema. Os impactos da Reforma sobre a apuração dos tributos da Companhia serão conhecidos apenas após a conclusão das regulamentações complementares pendentes.

Dessa forma, não foram reconhecidos, até a presente data, efeitos decorrentes da Reforma Tributária nestas demonstrações financeiras, tendo em vista que a Companhia ainda não dispõe de base suficiente para mensurar, com confiabilidade, seus impactos contábeis e operacionais.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação as normas do CPC e CFC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (*BR GAAP*), em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de junho de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas na Nota explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis materiais que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 21** - prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de março de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6.g (iii)** – Vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 12** - Ativo biológico - O ativo biológico é mensurado ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos;
- **Nota explicativa nº 16** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa nº 21** – Taxa de desconto aplicada no CPC 06 (R2) - Arrendamentos;
- **Nota explicativa nº 26** - Provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 12 - Ativo biológico;
- Nota explicativa nº 19 – Propriedades para investimento; e
- Nota explicativa nº 33 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras combinadas em e para o exercício encerrado em 31 de março de 2025.

b. Receita operacional

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja

envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

As receitas de vendas de açúcar e etanol auferidas pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação as demais cooperadas, em conformidade com as orientações contábeis constante do Parecer Normativo CST n.º 66, de 05 de setembro de 1986, que refletem as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A receita de venda de confinamento bovino e vapor é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa na sua realização.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendimento de aplicações financeiras e receitas financeiras repassadas pela Cooperativa que são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e despesas financeiras repassadas pela Cooperativa. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social - diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para

fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no período são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Ativos biológicos

O ativo biológico refere-se às plantações de cana-de-açúcar que é mensurado pelo valor justo, excluindo o terreno sobre o qual é plantado, de acordo com o método de fluxo de caixa descontado.

Para a cana-de-açúcar, a Companhia utiliza os fluxos de caixa futuros descontados a valor presente e são projetados de acordo com o ciclo de produtividade projetado para cada colheita, levando-se em consideração a vida útil estimada dos ativos, os preços do açúcar total recuperável, produtividades estimadas e os custos estimados relacionados à produção, colheita, carregamento e transporte para cada hectare plantado.

Mudanças nos valores justos entre os períodos, bem como em sua amortização, são alocadas na Demonstração do resultado na rubrica Custo dos produtos vendidos.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

O custo da cana-de-açúcar transferido dos ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumenta sua vida útil ou mantém sua capacidade de moagem, são reconhecidos no resultado como despesa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas em anos, para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios, dependências e benfeitorias	15 a 48 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	3 a 20 anos
Máquinas, implementos agrícolas	1 a 15 anos
Equipamentos de informática	1 a 15 anos
Instalações e equipamentos	2 a 26 anos
Móveis e utensílios	1 a 17 anos
Veículos	2 a 30 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) Obras em andamento

O custo inclui todos os gastos relacionados diretamente a projetos específicos, incluindo os custos dos empréstimos.

h. Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado e vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento.

i. Investimentos

O investimento na entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionados das mudanças após a aquisição da participação societária.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das coligadas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante de perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia passa a reconhecer o investimento a valor justo.

O investimento mantido na Copersucar S.A. é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial com base nas demonstrações financeiras levantadas na mesma data base da Companhia conforme demonstrado na Nota explicativa nº 18.

j. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo

amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos e principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de câmbio e *commodities* agrícolas.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

No exercício findo em 31 de março 2026, foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, na modalidade “NDF” e futuros de açúcar, conforme demonstrado na nota explicativa nº 33.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajuste de avaliação patrimonial. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em VJORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento *spot* dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*forward points*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na conta de ajuste de avaliação patrimonial e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na conta de ajuste de avaliação patrimonial permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do

reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na conta de ajuste de avaliação patrimonial e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

k. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto social, são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados em Assembleia de Acionistas da Companhia e são reconhecidos no patrimônio líquido sobre esta rubrica, se deliberados durante o exercício.

l. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui

“problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

m. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e, (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

n. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

A luz da referida norma contábil, o impacto mais significativo identificado foi que a Companhia reconheceu novos ativos e passivos para os seus arrendamentos, anteriormente reconhecidos como operacionais, relacionados aos arrendamentos e parcerias agrícolas.

Os contratos de arrendamento e parcerias agrícolas firmados pela Companhia (terras agriculturáveis) junto a terceiros, preveem, em sua maioria, o pagamento de um valor, em uma determinada data, indexados em uma quantidade fixa de toneladas de cana-de-açúcar. As oscilações dos preços são reconhecidas mensalmente nas rubricas de Direito de uso dos ativos e Passivos de arrendamento.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "direito de uso" e passivos de arrendamento em "arrendamento a pagar" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

o. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. CPC 51 Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Rendimento Anual	2026	2025
Caixa e equivalentes de caixa			
CDB	101,8% CDI	432.314	171.101
Caixa e bancos	-	621	2.489
		432.935	173.590

As aplicações financeiras são consideradas como equivalentes de caixa, por terem liquidez inferior a 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota explicativa nº 33.

9 Contas correntes – Cooperativa

Correspondem a recebíveis decorrentes das operações com a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66 de 5 de setembro de 1986.

A exposição da Companhia a riscos de crédito, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável, se aplicável, são divulgadas na Nota explicativa nº 33.

10 Estoques

	2026	2025
Manutenção entressafra (**)	78.521	79.494
Almoxarifado e outros	36.903	37.577
Parcerias	3.800	2.794
Adiantamento a fornecedores	3.173	2.893
CBios	2.776	9.975
Produtos acabados (em poder da Cooperativa) (*)	4	11
	125.177	132.744

(*) Os produtos acabados referem-se a açúcar e etanol e estão à disposição da Cooperativa para comercialização.

(**) Os gastos com manutenção industrial são os gastos incorridos na manutenção de equipamentos industriais e agrícolas que são acumulados no decorrer da entressafra para apropriação ao custo de produção industrial e agrícola da safra seguinte.

A movimentação das perdas estimadas por obsolescência está demonstrada abaixo:

	Obsolescência	Desvalorização	Total
Saldo em 31 de março de 2024	(1.277)	-	(1.277)
Provisões constituídas durante o exercício	(317)	-	(317)
Provisões utilizadas durante o exercício	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2025	(1.594)	-	(1.594)
Provisões constituídas durante o exercício	-	(1.883)	(1.883)
Provisões utilizadas durante o exercício	147	-	147
Saldo em 31 de março de 2026	(1.447)	(1.883)	(3.330)

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

11 Adiantamentos para compra de matéria-prima

	2026	2025
Fornecedores de cana	2.609	1.720
	2.609	1.720

Os adiantamentos a fornecedores são para compra de cana-de-açúcar conforme previsões contratuais, com realização para a safra 2026/2027.

A cana de fornecedores parceiros, quando do seu recebimento, é atualizada pelo preço da tonelada de cana estabelecido pelo modelo definido no Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar do Estado de São Paulo - Consecana.

12 Ativo biológico

	2026	2025
Custo histórico	127.083	112.485
Valor justo	(4.549)	46.616
Ativos biológicos em 31 de março de 2025	122.534	159.101
Movimentação		
Adições com tratos de cana	143.129	125.624
Absorção dos custos de cana colhida	(129.332)	(111.026)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(47.760)	(51.165)
Saldo final de ativos biológicos em 31 de março de 2026	88.571	122.534
Composto por:		
Custo histórico	140.880	127.083
Valor justo	(52.309)	(4.549)
Saldo final de ativos biológicos em 31 de março de 2026	88.571	122.534

(i) Adições - Efeito na demonstração do fluxo de caixa

	2026	2025
Adições no exercício	143.129	125.624
Gastos com depreciação incorporado tratos	(3.917)	(2.500)
Gastos com amortização de manutenção entressafra incorporado tratos	(12.718)	(5.145)
Saldo de adições com efeito na demonstração do fluxo de caixa	126.494	117.979

Lavoura de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. O valor justo dos ativos biológicos é calculado utilizando os fluxos de caixa descontado da safra em formação, uma vez que não existe mercado ativo para esse produto agrícola. A mensuração é baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela Administração da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas à produtividade, rentabilidade, preços e taxa de desconto.

Abaixo demonstramos as principais premissas que foram utilizadas na determinação do valor justo por meio do fluxo de caixa descontado:

	2026	2025
Área estimada de colheita (hectares)	39.018	39.427
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	76,17	75,47

Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	138	136
Valor do Kg de ATR	0,9939	1,1701

Em 31 de março de 2026 a taxa de desconto real utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 9,09 % ao ano (9,65% ao ano em 31 de março de 2025).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade nos setores de etanol e açúcar e, consequentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras, aumentando ou reduzindo o volume de colheita. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil.

O período de colheita anual de cana na região Centro-Sul do Brasil geralmente começa entre abril e maio, e termina entre novembro e dezembro. Isso cria variações de estoques, que geralmente encontram-se mais elevado em novembro e dezembro, para cobrir as vendas na entressafra (dezembro a abril) e um grau de sazonalidade no lucro bruto, que tende a ser menor no último trimestre do ano fiscal (outubro a dezembro).

Análise de sensibilidade do valor justo

O Grupo Estiva avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2026, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos dos seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar, as demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 12.965. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 12.430.

13 Impostos a recuperar

	2026	2025
COFINS	12.184	27.813
ICMS	2.354	3.491
ICMS – CIAP	19.936	19.591
IRRF	4.096	6.055
PIS	2.928	6.888
IPI	82	77
INSS	40	42
	41.620	63.957
Ativo circulante	28.634	47.523
Ativo não circulante	12.986	16.434

Os impostos e contribuições a recuperar classificados no ativo circulante decorrem de operações mercantis e financeiras realizadas pela Companhia e são realizáveis no curso normal das operações.

14 Outras contas a receber

	2026	2025
Contas a receber de parcerias (Nota 15)	9.078	3.229
Outros	7.141	10.711
Outras contas à receber com partes relacionadas (Nota 15)	4.946	409
Total	21.165	14.349

15 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração paga ao pessoal chave da administração, composto pela diretoria, durante o exercício foi de R\$ 3.298 (R\$ 3.275 em 2025).

b. Garantias e avais

A Companhia possui operações de crédito com instituições financeiras que são avalizadas pelos acionistas e pela UTE São José da Estiva S/A.

c. Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2025 e 2024, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	2026				2025			
	WJ Biasi e outros	Acionistas	UTE	Total	WJ Biasi e outros	Acionistas	UTE	Total
Ativo								
Ativo circulante:								
Contas à receber de parcerias (nota 14)	-	9.078	-	9.078	-	3.229	-	3.229
Outras contas a receber	-	349	2.351	2.700	-	409	-	409
Total do ativo	-	9.427	2.351	11.778	-	3.638	-	3.638
Passivo								
Passivo circulante:								
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	17.807	-	17.807	-	25.227	-	25.227
Passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas	18.589	6.330	-	24.919	25.189	7.417	-	32.606
Mútuo com partes relacionadas (ii)	-	-	66.285	66.285	-	-	77.808	77.808
Passivo não circulante:								
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	10.274	-	10.274	-	-	-	-
Passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas	6.258	48.341	-	54.599	24.847	54.672	-	79.519
Mútuo com partes relacionadas (i)	-	19.931	-	19.931	-	17.008	-	17.008
Total do passivo	24.847	102.863	66.285	127.530	50.036	104.324	77.808	232.168

- (i) Por meio de contrato particular de mútuo, a Companhia tomou empréstimos de seus acionistas controladores, em condições específicas, remunerados a juros de 115% do CDI, com vencimento em 01 de abril de 2032.
- (ii) Saldo de mútuo entre a Companhia e UTE São José da Estiva S/A, do qual não possui remuneração de juros e com vencimento indeterminado.

As operações entre as partes relacionadas estão sendo realizadas com base em termos e condições acordadas entre as partes.

d. Contrato de fornecimento

A Companhia possui contrato de exclusividade de fornecimento de açúcar e etanol junto a Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, pelo prazo de 3 anos safras, sendo o contrato renovado a cada safra.

A Companhia também é interveniente garantidora das operações de venda de açúcar e etanol correspondentes ao contrato firmado pela Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo junto a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas.

Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores CEPEA/ESALQ para os mercados interno e externo.

Em 31 de março de 2026 as receitas da Companhia junto à Cooperativa totalizaram R\$ 1.063.467 (R\$ 1.001.213 em 31 de março de 2025).

16 Passivos fiscais diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Os impostos diferidos, classificados no passivo não circulante (pelo valor líquido) tem a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Resultados abrangentes		Resultado	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025
Pis/Cofins exigibilidade suspensa	344	344	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingências trabalhistas e tributárias	2.969	2.969	-	-	-	-	-	(515)
Provisão para perdas dos estoques	1.132	542	-	-	-	-	590	108
Provisão Pis/Cofins - IAA	7.059	7.059	-	-	-	-	-	-
Variação de valor justo de ativo biológico	18.655	2.416	-	-	-	-	16.239	18.432
Efeitos Arrendamentos - CPC 06 (R2) - Ativo	120.125	61.220	-	-	-	-	58.905	16.531
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	11.560	15.300	-	-	-	-	(3.740)	5.100
Outras	7.174	4.156	-	-	-	-	3.018	4.322
Efeitos Arrendamentos - CPC 06 (R2) - Passivo	-	-	(82.664)	(25.482)	-	-	(57.182)	(8.120)
Arrendamento aeronave	-	-	(833)	(866)	-	-	33	33
Propriedade para investimento	-	-	(1.755)	-	(1.755)	-	-	-
Variação de valor justo de investimentos	-	-	(2.302)	(2.302)	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(2.604)	7.301	(9.905)	4.973	-	-
Indenização - IAA	-	-	(76.311)	(76.311)	-	-	-	-
Reserva de reavaliação - 1998	-	-	(490)	(512)	-	-	22	22
Estorno depreciação custo aquisição	-	-	(35.289)	(31.156)	-	-	(4.133)	(2.039)
Depreciação incentivada	-	-	(38.553)	(50.221)	-	-	11.668	(16.678)
Imobilizado – custo atribuído	-	-	(13.030)	(13.304)	-	-	274	520
	169.018	94.006	(253.831)	(192.853)	(11.660)	4.973	25.694	17.716
Compensação	(169.018)	(94.006)	169.018	94.006	-	-	-	-
Líquido	-	-	(84.813)	(98.847)	(11.660)	4.973	25.694	17.716

(*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

De acordo com a legislação tributária vigente, as diferenças temporárias dedutíveis, os prejuízos fiscais e as bases negativas acumulados, não possuem prazo de prescrição. A Companhia reconheceu ativo fiscal diferido para prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, somente na extensão que considera provável a sua realização, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2026	2025
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	8.662	12.195
Juros sobre capital próprio	-	(30.000)
	8.662	(17.805)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(2.945)	6.054
PAT	44	1
Lei Incentivo à Cultura (Rouanet)	44	29
Outros incentivos fiscais	44	29
Diferenças permanentes adições (exclusões):		
Dividendos recebidos	85	112
Equivalência patrimonial	(7.656)	4.593
Cbios	858	2.974
Donativos	(283)	(288)
Reintegra	-	58
Outras diferenças líquidas	38.428	2.086
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	-	4.116
Imposto de renda e contribuição social – corrente	2.925	2.048
Imposto de renda e contribuição social – diferido	25.694	17.716
Imposto de renda e contribuição social do exercício	28.619	19.764
Alíquota fiscal efetiva	330%	-111%

17 Outros investimentos

	2026	2025
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira	7.430	7.430
Outros	767	661
Total	8.197	8.091

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui saldo de R\$ 7.430 referente a 2.714 ações do CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A., correspondente a 0,34% de participação, idêntico ao ano de 2025.

18 Investimentos

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras da coligada avaliada através de equivalência patrimonial:

	Copersucar S.A.	UTE São Jorge S.A	Total
Saldo em 31 de março de 2024	77.048	20	77.068
Resultado de equivalência patrimonial	13.509	-	13.509
Outros resultados abrangentes em investida	(4.877)	-	(4.877)
Dividendos distribuídos	(10.153)	-	(10.153)
Saldo em 31 de março de 2025	75.527	20	75.547
Aquisição / venda de ações	(1.698)	-	(1.698)
Resultado de equivalência patrimonial	22.513	-	22.513
Outros resultados abrangentes em investida	324	-	324
Dividendos distribuídos	(12.393)	-	(12.393)
Saldo em 31 de março de 2026	84.273	20	84.293

Na safra 24/25, com a entrada de uma nova usina na Copersucar S/A o Grupo Estiva que mantinha uma participação de 3,76% passou para 3,66%.

Na safra 25/26, com a entrada de uma nova usina na Copersucar S/A o Grupo Estiva que mantinha uma participação de 3,66% passou para 3,57%.

Informação sobre os investimentos

2026								
Investida	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Efeito no resultado da Companhia
Copersucar S.A.	3,57%	13.833.367	3.627.531	8.782.894	6.264.591	2.413.413	630.768	22.513
UTE São Jorge S/A	100,00%	20	-	-	-	20	-	-

2025								
Investida	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Efeito no resultado da Companhia
Copersucar S.A.	3,66%	11.671.616	4.455.001	8.324.838	5.710.635	2.053.420	401.840	13.509
UTE São Jorge S/A	100,00%	20	-	-	-	20	-	-

A Copersucar S.A., constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, tem a exclusividade na comercialização dos volumes de açúcar e etanol produzidos pelas unidades produtoras sócias e que inclui a Usina São José da Estiva S/A - Açúcar e Alcool, localizadas nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás, gerenciando todos os elos da cadeia de açúcar e etanol, desde o acompanhamento da safra no campo até os mercados finais, incluindo as etapas de armazenamento, de transporte e de comercialização.

Atualmente, membros da Administração da Usina São José da Estiva S/A - Açúcar e Alcool, representam a Companhia nas decisões das políticas operacionais, financeiras e estratégicas da Copersucar S.A., através da participação no Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Governança. Assim, o investimento na Copersucar S.A. é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial uma vez que a Companhia exerce influência significativa em sua administração.

19 Propriedades para investimento

A Companhia possui imóvel classificado no balanço patrimonial como Propriedades para Investimento e destina para arrendamento à terceiros.

A receita de arrendamento reconhecida pela Companhia em 2026 foi de R\$ 389 (2025 zero).

Movimentação durante o exercício:

Saldo em 31 de março de 2025	-
Aquisições	761
Transferências do imobilizado	8.412
Ajuste à Valor Justo - Reconhecimento inicial	5.161
Depreciação	(249)
Saldo em 31 de março de 2026	14.085

Mensuração do valor justo

O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada.

A mensuração do valor justo considerou dados observáveis de mercado, obtidos por meio de pesquisa junto aos corretores atuantes na região, ofertas públicas de áreas com características semelhantes e histórico de valores praticados para grandes glebas e imóveis institucionais localizados fora do perímetro urbano.

A seguir o método de avaliação utilizado na mensuração do valor justo das propriedades para investimento, bem como os inputs não observáveis significativos utilizados:

- (i) ***Crítérios de comparabilidade***
Localização e acesso; Área do terreno; Vocação de uso; Padrão de ocupação e Liquidez relativa do ativo.
- (ii) ***Ajustes realizados***
Os valores de referência de mercado foram ajustados qualitativamente para refletir as diferenças de: Infraestrutura disponível; Grau de consolidação das benfeitorias; Condição de uso específico como centro de treinamento; Escala do ativo (grandes áreas tendem a apresentar menor valor unitário).
- (iii) ***Metodologia de avaliação***
Foi adotada a combinação dos seguintes métodos, em consonância com o CPC 46 e a ABNT NBR 14.653: Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, para a avaliação do terreno: Consiste na identificação do valor mais provável pelo qual o bem seria negociado na data de referência da avaliação, em uma transação não forçada, entre partes independentes, conhecedoras do mercado e dispostas a negociar em condições normais. O método fundamenta-se na coleta, análise e tratamento técnico de dados de mercado referentes a terrenos similares ao avaliado, localizados em regiões com características compatíveis quanto à localização, uso, dimensões, padrão urbanístico e infraestrutura disponível. O valor unitário resultante da análise estatística e crítica dos dados é aplicado à área do terreno, conduzindo à determinação do preço justo, em consonância com o comportamento do mercado imobiliário na data-base da avaliação. Método do Custo de Reprodução, com depreciação, para a mensuração das benfeitorias: Tem por finalidade estimar o valor atual das edificações considerando o custo necessário para reproduzi-las, na data de referência do laudo, com as mesmas características construtivas, padrão de acabamento, materiais e técnicas executivas. O custo de reprodução é obtido com base em referências técnicas consolidadas do setor da construção civil, tais como tabelas de custos oficiais, orçamentos paramétricos e índices setoriais, representando os custos praticados pelo mercado em condições normais de execução.

Sobre o custo de reprodução bruto é aplicada a depreciação, calculada em função da idade aparente da edificação, estado de conservação, vida útil remanescente e grau de obsolescência física e funcional, refletindo a perda de valor decorrente do uso, desgaste natural e eventuais inadequações às exigências atuais do mercado.

(iv) **Racional de cálculo**

Baseadas nos custos históricos de construção fornecidos pela administração; Atualização e análise dos custos; Aplicação de depreciação conforme metodologia IBAPE, considerando idade aparente, vida útil e estado de conservação.

(v) **Premissas críticas e julgamentos**

Avaliação do maior e melhor uso compatível com o uso atual; Seleção de imóveis comparáveis em mercado com baixa liquidez; Estimativa do valor unitário do terreno dentro de intervalo observado; Julgamento técnico na determinação da depreciação das benfeitorias.

(vi) **Enquadramento na hierarquia do valor justo (CPC 46)**

A mensuração do valor justo da propriedade para investimento foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados (NE 4).

20 Imobilizado

a. **Custo**

	2024	2025			
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edifícios, dependências e benfeitorias	67.316	4.194	(997)	12.005	82.518
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	244.129	12.216	(1.457)	9.786	264.674
Máquinas, Implementos Agrícolas	97.698	11.800	(3.022)	-	106.476
Equipamentos de Informática	15.124	464	(104)	1.701	17.185
Instalações e Equipamentos	89.519	10.078	(2.503)	6.659	103.753
Móveis e utensílios	2.656	418	(140)	23	2.957
Veículos	87.822	6.380	(1.494)	-	92.708
Lavoura de cana	647.047	69.379	-	-	716.426
Terrenos	59.992	-	-	-	59.992
Obras em andamento	152.713	85.929	(79)	(30.174)	208.389
Adiantamento a fornecedores	25	-	-	-	25
Drones e acessórios	291	288	-	-	579
Total	1.464.332	201.146	(9.796)	-	1.655.682

	2025	2026			
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edifícios, dependências e benfeitorias	82.518	1.435	(650)	(1.236)	82.067
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	264.674	6.666	(4.137)	212.884	480.087
Máquinas, Implementos Agrícolas	106.476	19.603	(675)	-	125.404
Equipamentos de Informática	17.185	346	(15)	209	17.725
Instalações e Equipamentos	103.753	5.411	(221)	21.552	130.495
Móveis e utensílios	2.957	251	(23)	81	3.266
Veículos	92.708	11.296	(1.628)	-	102.376
Lavoura de cana	716.426	76.349	-	-	792.775
Terrenos	59.992	-	-	(300)	59.692
Obras em andamento	208.389	38.225	(79)	(241.602)	4.933
Adiantamento a fornecedores	25	978	(978)	-	25
Drones e acessórios	579	-	-	-	579
Total	1.655.682	160.560	(8.406)	(8.412)	1.799.424

b. Depreciação

	2024	2025			
	Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação
Edifícios, dependências e benfeitorias	(29.933)	(4.427)	321	-	(34.039)
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	(134.766)	(14.835)	1.269	-	(148.332)
Máquinas, Implementos Agrícolas	(36.340)	(6.278)	1.972	-	(40.646)
Equipamentos de Informática	(11.924)	(1.548)	101	-	(13.371)
Instalações e Equipamentos	(59.734)	(4.860)	2.497	-	(62.097)
Móveis e utensílios	(1.904)	(141)	126	-	(1.919)
Veículos	(41.559)	(3.910)	967	-	(44.502)
Lavoura de cana	(435.848)	(66.043)	-	-	(501.891)
Drones e acessórios	(170)	(98)	-	-	(268)
Total	(752.178)	(102.140)	7.253	-	(847.065)

	2025	2026			
	Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação
Edifícios, dependências e benfeitorias	(34.039)	(5.042)	13	-	(39.068)
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	(148.332)	(21.544)	3.445	-	(166.431)
Máquinas, Implementos Agrícolas	(40.646)	(7.007)	428	-	(47.225)
Equipamentos de Informática	(13.371)	(1.268)	15	-	(14.624)
Instalações e Equipamentos	(62.097)	(7.273)	16	-	(69.354)
Móveis e utensílios	(1.919)	(162)	9	-	(2.072)
Veículos	(44.502)	(4.689)	1.314	-	(47.877)
Lavoura de cana	(501.891)	(69.430)	-	-	(571.321)
Drones e acessórios	(268)	(116)	-	-	(384)
Total	(847.065)	(116.531)	5.240	-	(958.356)

c. Imobilizado líquido contábil

	2026			2025		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Edifícios, dependências e benfeitorias	82.067	(39.068)	42.999	82.518	(34.039)	48.479
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	480.088	(166.431)	313.657	264.675	(148.332)	116.343
Máquinas, Implementos Agrícolas	125.404	(47.225)	78.179	106.476	(40.646)	65.830
Equipamentos de Informática	17.725	(14.624)	3.101	17.185	(13.371)	3.814
Instalações e Equipamentos	130.494	(69.354)	61.140	103.753	(62.097)	41.656
Móveis e utensílios	3.266	(2.072)	1.194	2.957	(1.919)	1.038
Veículos	102.376	(47.877)	54.499	92.708	(44.502)	48.206
Lavoura de cana	792.775	(571.321)	221.454	716.426	(501.891)	214.535
Terrenos	59.692	-	59.692	59.992	-	59.992
Obras em andamento	4.933	-	4.933	208.389	-	208.389
Adiantamento a fornecedores	25	-	25	25	-	25
Drones e acessórios	579	(384)	195	579	(268)	311
Total	1.799.424	(958.356)	841.068	1.655.682	(847.065)	808.617

(i) Bens dados em garantia

A Companhia cedeu determinados bens do ativo imobilizado em garantia de operações de financiamentos e empréstimos (Nota explicativa nº 23).

(ii) Valor recuperável do ativo imobilizado

Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2026 e 2025, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

(iii) **Adições - Efeito na demonstração do fluxo de caixa**

	2026	2025
Adições no exercício	160.560	201.146
Gastos com depreciação incorporado à cultura em formação (plantio de cana)	(3.426)	(3.134)
Gastos com amortização de manutenção de entressafra incorporado à cultura em formação (plantio de cana)	(4.608)	(2.338)
Compra de equipamento financiado pelo fornecedor	(11.864)	(10.889)
Saldo de adições com efeito na demonstração do fluxo de caixa	140.662	184.785

(iv) **Depreciação - Efeito na demonstração do fluxo de caixa**

	2026	2025
Depreciação do exercício	116.531	102.140
Saldo incorporado à formação do ativo biológico	(3.917)	(2.500)
Saldo incorporado à cultura em formação (plantio de cana)	(3.426)	(3.134)
Total	109.188	96.506

21 Direito de uso de arrendamentos e passivos de arrendamento e parcerias à pagar

A movimentação do Direito de uso durante o exercício está demonstrada a seguir:

Direito de uso	2026	2025
Vida útil (em anos)	6 a 12 anos	6 a 12 anos
Saldo inicial	383.781	423.665
Amortização	(116.019)	(132.388)
Adição de novos contratos	79.322	131.241
Remensurações	(28.264)	(38.737)
Saldo	318.820	383.781

A composição do saldo de arrendamentos e parcerias a pagar, assim como a movimentação do exercício estão apresentadas a seguir:

Arrendamentos e parcerias a pagar	2026	2025
Arrendamentos e parcerias agrícolas	343.805	409.174
Total	343.805	409.174
Passivo circulante	88.662	96.393
Passivo não circulante	255.143	312.781
Passivos		
Saldo inicial	(583.745)	(573.429)
(-) AVP	174.571	133.669
Saldo inicial	(409.174)	(439.760)
Pagamentos	173.657	170.694
Realização do AVP	(57.230)	(47.604)
Adições de novos contratos	(79.322)	(131.241)
Remensurações	28.264	38.737
Saldo	(343.805)	(409.174)

A taxa de desconto nominal na adoção inicial do CPC 06 (R2) utilizada para o cálculo do ajuste a valor presente é de 15,00% a.a. (14,25% a.a. em 31 de março de 2025).

Os saldos estimados de arrendamentos e parcerias a pagar no curto e longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Vencimento por safra	2026	2025
De 01/04/2025 à 31/03/2026	-	96.393
De 01/04/2026 à 31/03/2027	88.662	90.654
De 01/04/2027 à 31/03/2028	87.342	57.746
De 01/04/2028 à 31/03/2029	58.300	52.780
De 01/04/2029 à 31/03/2030	41.793	40.396
De 01/04/2030 à 31/03/2031	25.466	26.496
De 01/04/2031 à 31/03/2032	10.342	44.709
A partir de 01/04/2032	31.900	-
Total	343.805	409.174

22 Fornecedores de cana e diversos

	2026	2025
Fornecedores diversos	96.904	54.448
Fornecedores de imobilizado	68.561	81.060
Fornecedores de cana de açúcar - terceiros	8.873	14.764
	174.338	150.272
Passivo circulante	144.928	103.522
Passivo não circulante	29.410	46.750

Os valores a pagar aos fornecedores de cana-de-açúcar e a parceiros agrícolas levam em consideração a cana-de-açúcar entregue e ainda não paga, bem como o complemento de preço calculado com base no preço final de safra.

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa nº 33.

23 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 33.

Modalidade	2026	2025
Capital de giro	575.564	453.579
BNDES - Pró-renova	4.950	8.879
BNDES - Finame	24.871	35.823
Debêntures	109.869	-
Total	715.254	498.281
Despesas incorridas nas captações de recursos		
Debêntures	(3.715)	-
Total	(3.715)	-
Total de financiamentos, empréstimos e debêntures	711.539	498.281
Passivo circulante	184.894	183.841
Passivo não circulante	526.645	314.440

A seguir apresentamos a movimentação dos empréstimos e financiamentos durante os exercícios:

31 de março de 2026

	Mar/2025	Captações	Juros apropriados	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Mar/26
Capital de giro	453.579	246.000	52.494	(139.513)	(36.996)	575.564
Debêntures	-	100.000	9.869	-	-	109.869
BNDES – Pró renova	8.879	-	2.499	(5.438)	(990)	4.950
BNDES - Finame	35.823	-	1.057	(9.431)	(2.578)	24.871
Total	498.281	346.000	65.919	(154.382)	(40.564)	715.254

31 de março de 2025

	Mar/2024	Captações	Juros apropriados	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Mar/2025
Capital de giro	422.607	215.000	60.686	(204.065)	(40.649)	453.579
BNDES - Pró-renova	21.937	-	4.507	(12.870)	(4.695)	8.879
BNDES - Finame	39.943	-	464	(4.097)	(487)	35.823
Total	484.487	215.000	65.657	(221.032)	(45.831)	498.281

Termos e cronograma de amortização da dívida

Os termos e condições dos empréstimos em aberto são os seguintes:

Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	Valor contábil	
					2026	2025
BNDES - Pró-Renova	R\$	TLP	5,60%	2026 a 2031	4.950	8.879
BNDES - Finame	R\$	TLP	5,80%	2026 a 2031	24.871	35.823
Capital de giro	R\$	CDI +	1,14%	2026 a 2031	327.520	453.579
Capital de giro	R\$	Taxa Pré-fixada	12,78%	2026 a 2029	208.236	-
Capital de giro	USD	Taxa Pré-fixada	6,45%	2028	39.808	-
Debênture	R\$	IPCA	8,44%	2032	109.869	-
Total					715.254	498.281

As parcelas de financiamentos classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Períodos	2026	2025
De 01/04/2026 à 31/03/2027	-	131.497
De 01/04/2027 à 31/03/2028	98.916	88.083
De 01/04/2028 à 31/03/2029	123.097	56.240
De 01/04/2029 à 31/03/2030	167.088	31.097
De 01/04/2030 à 31/03/2031	92.021	7.523
Após 01/04/2031	45.523	-
Total	526.645	314.440

Os empréstimos e financiamentos bancários estão garantidos por bens do imobilizado no valor de R\$ 5.552 (R\$ 12.493 em 2025) e por notas promissórias com aval dos diretores.

Adicionalmente a essas garantias, a Companhia possui obrigações contratuais decorrentes dos contratos de financiamentos, relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros e não financeiros (*covenants*).

Cláusulas contratuais (Covenants)

O Grupo possui obrigações contratuais decorrentes dos contratos de financiamentos, relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros e não financeiros estabelecidos nesses contratos (*covenants* financeiros e não financeiros).

As principais cláusulas restritivas do contrato descrito acima são as seguintes:

	Valor
Liquidez Corrente	1,0 - 1,15
Dívida líquida / EBITDA	2,0 - 3,25
Mútuo com acionistas	>15 MM
Pagamento de dividendos sobre o resultado líquido do ano anterior	<50%

Em 31 de março de 2026 e 2025 as cláusulas foram integralmente cumpridas. O Grupo estima que irá cumprir os *covenants* até a liquidação das dívidas e os saldos de curto e longo prazo são divulgados conforme os vencimentos contratuais.

24 Financiamentos - Cooperativa

	2026	2025
Repasse de recursos – com taxa de juros médios de 8,38% a.a.	27.015	26.109
Parcelas a amortizar a curto prazo classificadas no circulante	(24.517)	(23.675)
Passivo não circulante	2.498	2.434

Correspondem a recursos repassados pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo a título de empréstimos e são substancialmente compostos por valores decorrentes de operações *sub-judice*, garantidas por Letras de Câmbio, avais da Diretoria e produção de açúcar e etanol.

A seguir apresentamos a movimentação nos exercícios:

31 de março de 2026

	Mar./2025	Captações	Juros apropriados	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Mar/26
Financiamentos	26.109	459.078	5.363	(458.220)	(5.315)	27.015
Total	26.109	459.078	5.363	(458.220)	(5.315)	27.015

31 de março de 2025

	Mar/2024	Captações	Juros apropriados	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Mar/2025
Financiamentos	23.664	214.138	966	(212.575)	(84)	26.109
Total	23.664	214.138	966	(212.575)	(84)	26.109

25 Mútuo - Cooperativa

As operações de mútuo são classificadas como passivos financeiros demonstrados ao custo amortizado. As operações não têm prazos de vencimentos estabelecidos e não possuem incremento de juros.

	2026	2025
Adto Capital de giro para letra de câmbio	12.498	12.498
Total	12.498	12.498

26 Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

	2026	2025
Trabalhistas	8.730	8.730
Estaduais	256	-
Total	8.986	8.730

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Trabalhistas	Estaduais	Total
Saldo em 31 de março de 2024	10.244	-	10.244
Provisões constituídas durante o exercício	-	-	-
Provisões utilizadas durante o exercício	(1.514)	-	(1.514)
Saldo em 31 de março de 2025	8.730	-	8.730
Provisões constituídas durante o exercício	-	256	256
Provisões utilizadas durante o exercício	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2026	8.730	256	8.986

Em 31 de março de 2026, a Companhia mantinha em andamento processos cíveis, trabalhistas e tributários, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 8.986 (R\$ 8.253 em 2025), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Depósitos judiciais e outros

Em 31 de março de 2026 o saldo de depósitos judiciais totalizava R\$ 63.459 (R\$ 62.984 em 31 de março de 2025), referente a depósitos judiciais de natureza trabalhistas, cíveis e tributários. Parte substancial desses depósitos refere-se aos levantamentos de valores referente ao IAA (nota explicativa nº 9) no montante de R\$ 61.325 (R\$ 61.325 em 31 de março de 2025).

27 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia está representado por 43.868.159 (idêntico em 2025) ações sem valor nominal.

	2026	
	Ações	%
RBE Participações Ltda.	21.698.837	49,464%
JBE Participações Ltda.	7.232.947	16,488%
VBE Participações Ltda.	7.232.945	16,488%
LBE Participações Ltda.	7.232.945	16,488%
Outros	470.485	1,072%
Total	43.868.159	100%

b. Reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de reavaliação

Decorrente de ativos próprios, cujo imposto de renda e contribuição social diferidos estão classificados no passivo não circulante.

A reserva de reavaliação está sendo realizada contra resultados acumulados, na proporção da depreciação, alienação ou baixa dos ativos reavaliados.

Reserva de lucros a destinar

A Administração propõe para reserva de lucros a destinar o saldo de lucros acumulados, se houver, que será deliberado pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária, quando da aprovação das demonstrações financeiras.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

A reserva para ajuste de avaliação patrimonial inclui:

- Efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 27 e Interpretação Técnica ICPC 10 na data de transição pela Companhia, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos classificados no passivo não circulante, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem;
- Variações líquidas acumuladas do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda até que os ativos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável; e
- Resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas, classificadas como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). O referido saldo é revertido do patrimônio líquido na proporção em que ocorrem os vencimentos das operações relacionadas.

d. Dividendos

O acionista tem direito a um dividendo mínimo de 6% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei nº. 6.404/76.

28 Receita líquida

A receita operacional da Companhia é composta, basicamente, pela venda de açúcar e etanol para o mercado interno e externo, conforme demonstrado abaixo:

	2026	2025
Receitas:		
Mercado externo		
- Etanol (*)	23.243	11.908
- Açúcar (*)	575.638	496.512
Mercado interno		
- Etanol (*)	443.539	404.103
- Açúcar (*)	21.047	75.799
Parceria	9.098	8.231
Bagaço de cana	466	19.320
- Cbios (*)	7.842	12.891
Outras	7.813	4.494
Resultado com derivativos	332	(7.031)
Venda de vapor	18.446	-
Receita bruta fiscal	1.107.464	1.026.227
Menos:		
Impostos sobre vendas	(54.102)	(47.640)
Total de receita contábil	1.053.362	978.587

(*) Receitas repassadas pela Cooperativa e amparada pelo Contrato de Safra de Produção de Açúcar e Etanol.

29 Gastos por natureza

Despesas operacionais por natureza:	2026	2025
Matéria Prima e Insumos	(528.028)	(497.743)
Amortização de direito de uso de arrendamentos	(116.012)	(132.456)
Depreciação e amortização	(76.568)	(50.626)
Despesa com pessoal	(57.502)	(45.380)
Despesas atribuídas pelo PN 66 (Cooperativa) (*)	(56.869)	(45.366)
Outras despesas	(25.255)	(27.291)
Despesas com manutenção	(18.470)	(16.743)
Honorários e serviços de terceiros	(16.039)	(10.671)
Custos com confinamento	(10.146)	(11.883)
Total	(904.889)	(838.159)

Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:

Custo dos produtos vendidos	(840.254)	(789.035)
Despesas administrativas e gerais	(62.168)	(46.927)
Despesas de vendas	(2.467)	(2.197)
Total	(904.889)	(838.159)

(*) Despesas repassadas pela Cooperativa e amparada pelo Contrato de Safra de Produção de Açúcar e Etanol.

30 Outras receitas (despesas) operacionais

	2026	2025
Outras receitas operacionais		
Recuperação com créditos tributários	15.804	2.977
Emissão de Cbros por valor justo	6.708	14.525
Receita com venda de ativo imobilizado	1.814	4.089
Outras receitas	1.892	1.932
Receita com arrendamento de terras	1.032	1.894
	27.250	25.417
Outras despesas operacionais		
Impostos e taxas	(10.113)	(6.738)
Outras despesas	(3.946)	(2.913)
Atribuídas pelo PN 66 (Cooperativa) (*)	(1.574)	(1.827)
Custo de ativo imobilizado baixado	(1.574)	(2.318)
	(17.207)	(13.796)
Outras receitas (despesas) líquidas	10.043	11.621

(*) Despesas repassadas pela Cooperativa e amparada pelo Contrato de Safra de Produção de Açúcar e Etanol.

31 Receitas financeiras

	2026	2025
Juros aplicações financeiras	26.497	16.054
Variação cambial - Contratos de financiamentos	10.879	8.920
Outras receitas financeiras	7.793	3.342
Resultado com Swap	2.579	13.427
Outras	1.214	2.262
Resultado com derivativos - Açúcar	-	7.373
Juros sobre créditos tributários	-	61
Total	48.962	51.439

32 Despesas financeiras

	2026	2025
Juros apropriados sobre financiamentos	(62.144)	(55.780)
Juros sobre passivo de arrendamento	(57.230)	(47.604)
Resultado com <i>Swap</i>	(16.920)	(19.136)
Juros apropriados sobre debêntures	(9.869)	-
Juros apropriados sobre financiamentos com cooperativa	(5.363)	(966)
Variação cambial - Contratos de financiamentos	(4.964)	(18.797)
Resultado com derivativos – Açúcar	(4.698)	(3.645)
Juros apropriados sobre financiamentos com fornecedores	(4.595)	-
Juros sobre contratos de mútuo	(2.923)	(1.957)
Resultado com <i>Swap</i> - liquidada	(2.403)	(1.120)
Outras	(2.203)	(2.556)
Variação cambial - Outros	(257)	(1.313)
Juros sobre parcelamento de impostos	-	(763)
Total	(173.569)	(153.637)

33 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo:

31 de março de 2026	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Valor justo por meio de resultado (VJR)	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativo								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	432.314	-	432.314	-	-	-
Instrumentos Financeiros derivativos	24.897	273	-	-	25.170	-	25.170	25.170
Outros Investimentos	-	-	7.430	-	7.430	-	-	-
Total	24.897	273	439.744	-	464.914	-	25.170	25.170
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	621	-	621	-	-	-
Contas correntes - Cooperativa	-	-	97.727	-	97.727	-	-	-
Outras contas a receber de clientes	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	-	21.165	-	21.165	-	-	-
Total	-	-	119.513	-	119.513	-	-	-
Passivo								
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos Financeiros derivativos	33.183	21.232	-	-	54.415	-	54.415	54.415
Total	33.183	21.232	-	-	54.415	-	54.415	54.415
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Passivos de arrendamento e parcerias agrícolas	-	-	-	343.805	343.805	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	711.539	711.539	-	-	-
Financiamentos - Cooperativa	-	-	-	27.015	27.015	-	-	-
Mútuo cooperativa	-	-	-	12.498	12.498	-	-	-
Fornecedores de cana e diversos	-	-	-	174.338	174.338	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	-	28.161	28.161	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	1.628	1.628	-	-	-
Mútuo com partes relacionadas	-	-	-	86.216	86.216	-	-	-
Total	-	-	-	1.383.572	1.383.572	-	-	-
Passivo não circulante								
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos Financeiros derivativos	37.290	-	-	-	37.290	-	37.290	37.290
Total	37.290	-	-	-	37.290	-	37.290	37.290

31 de março de 2025	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Valor justo por meio de resultado (VJR)	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativo								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	171.101	-	171.101	-	-	-
Instrumentos Financeiros derivativos	7.453	7.142	-	-	14.595	-	14.595	14.595
Outros Investimentos	-	-	7.430	-	7.430	-	-	-
Total	14.883	7.142	178.568	-	193.126	-	14.595	14.595
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	2.489	-	2.489	-	-	-
Contas correntes - Cooperativa	-	-	88.261	-	88.261	-	-	-
Outras contas a receber de clientes	-	-	241	-	241	-	-	-
Outras contas a receber	-	-	14.349	-	14.349	-	-	-
Total	-	-	105.340	-	105.340	-	-	-
Passivo								
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos Financeiros derivativos	27.472	14.875	-	-	42.348	-	42.348	42.348
Total	27.472	14.875	-	-	42.348	-	42.348	42.348
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Passivos de arrendamento e parcerias agrícolas	-	-	-	409.174	409.174	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	498.281	498.281	-	-	-
Financiamentos - Cooperativa	-	-	-	26.109	26.109	-	-	-
Mútuo cooperativa	-	-	-	12.498	12.498	-	-	-
Fornecedores de cana e diversos	-	-	-	150.294	150.294	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	-	26.640	26.640	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	1.154	1.154	-	-	-
Mútuo com partes relacionadas	-	-	-	94.816	94.816	-	-	-
Total	-	-	-	1.218.944	1.218.944	-	-	-
Passivo não circulante								
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos Financeiros derivativos	20.865	2.949	-	-	23.814	-	23.814	23.814
Total	20.865	2.949	-	-	23.814	-	23.814	23.814

b. Mensuração do valor justo

O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas bases de apresentação que se equiparam aos valores contábeis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2026.

c. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia optou pela utilização da contabilidade de *hedge* para a contabilização de seus instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos eleitos para designação são: Contratos futuros de venda de açúcar, Contratos de opções e Contratos a termos de moeda (NDF) para as safras 2025/2026 e 2026/2027.

Os instrumentos contratados foram designados para proteção dos fluxos de caixa relacionados à variação do preço do açúcar e da variação cambial referente a venda de açúcar no mercado externo. Essas operações foram contratadas com tradings e instituições financeiras de primeira linha.

A Companhia segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, *swaps* podem ser contratados para mitigar as possíveis flutuações na taxa de juros.

Os saldos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos estão apresentadas a seguir:

		Valor/Volume contratado	Preço médio	Valor de referência - R\$	Valor justo
No ativo circulante - ganho					
Depósito de margem		-	-	-	273
Contratos de opções (em R\$)	Ton	15.292	2.476	37.865	159
Contratos a termos de moeda (NDF) - Dólar	USD	6.800	6,2500	42.500	9.336
					9.768
No ativo não circulante - ganho					
Contratos de opções (em R\$)	Ton	116.846	2.214	258.690	15.402
					15.402
No passivo circulante - perda					
Contratos de opções (em USD)	Ton	40.947	19,71	92.860	(1.323)
Contratos de opções (em R\$)	Ton	66.145	2.467	163.216	(3.520)
Contratos a termos de moeda (NDF) - Dólar	USD	3.349	6,1480	20.587	(8.493)
Contratos <i>Swap</i> de taxa de juros		-	-	-	(3.789)
					(17.125)
No passivo não circulante - perda					
Contratos de opções (em R\$)	Ton	96.525	2.274	219.493	(19.847)
Contratos <i>Swap</i> de taxa de juros		-	-	-	(17.443)
					(37.290)
Derivativos líquidos					(29.245)

O saldo de depósitos de margem se refere a recursos mantidos em conta corrente junto à corretora para a cobertura de margens iniciais e de variação estabelecidas pela bolsa na qual os contratos são firmados, com o objetivo de garantir contratos em aberto e remessas líquidas relativas aos ajustes diários de variação de preço dos contratos no mercado futuro e de opções.

A Composição dos instrumentos financeiros derivativos para contabilidade de *hedge* na data das demonstrações financeiras é:

	Ativo	Passivo	Outros resultados abrangentes
Contratos de opções (em USD)	-	1.323	(1.323)
Contratos de opções (em R\$)	15.561	23.366	(7.805)
Contratos a termos de moeda (NDF) - Dólar	9.336	8.493	843
Tributos diferidos	(8.465)	(11.282)	2.817
Total	16.432	21.900	(5.468)

Os impactos contabilizados e a estimativa de realização no resultado da Companhia estão demonstrados a seguir:

	De 01.04.2026 à 31.03.2027	De 01.04.2027 à 31.03.2028	Total
Contratos de opções (em USD)	(1.323)	-	(1.323)
Contratos de opções (em R\$)	(3.361)	(4.444)	(7.805)
Contratos a termos de moeda (NDF) - Dólar	843	-	843
Tributos diferidos	1.306	1.511	2.817
Impacto previsto no resultado	(2.535)	(2.933)	(5.468)

d. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas

obrigações contratuais. O risco é proveniente das contas a receber de clientes e de outros recebíveis conforme apresentado abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de financiamentos junto a cada uma das instituições. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é a seguinte:

	Nota	2026	2025
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	432.935	173.590
Contas correntes - Cooperativa	9	97.727	88.261
Outras contas a receber	14	21.165	14.349
Total		551.827	276.200

Contas correntes - Cooperativa

Toda a receita de venda de produtos da Companhia é gerada via transações com a Cooperativa, para a qual a Companhia entrega toda a sua produção de açúcar e etanol. A Cooperativa, por sua vez, tem contrato de longo prazo com a Copersucar S.A. e suas subsidiárias, no qual estão definidos preço e prazo médio de recebimento.

A Companhia opera no modelo cooperativo e não apresenta histórico de perdas. Assim, provisões para perdas com tais créditos não são constituídas pela Companhia.

Outras contas a receber

Basicamente representada por clientes compradores de subprodutos da Companhia, bem como cana-de-açúcar. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Não há concentração de risco de crédito. Além disso, as vendas se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário (principalmente no período de safra, que vai de março a dezembro de cana ano calendário) o que possibilita à Companhia interromper entregas a clientes que porventura se apresentem como potencial risco de crédito.

Para clientes que apresentam histórico de não cumprimento de suas obrigações financeiras a Companhia procura trabalhar com pagamentos antecipados.

Não há histórico de perdas significativas e de riscos excessivos em valores a receber que justifiquem a constituição de provisão para perdas no recebimento.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de *commodities*.

Exposição ao risco de liquidez

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

31 de março de 2026	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(711.539)	(934.565)	(201.766)	(170.782)	(417.798)	(144.219)
Financiamentos - Cooperativa	(27.015)	(27.015)	(24.517)	(2.498)	-	-
Passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas	(343.805)	(443.882)	(102.184)	(94.016)	(140.288)	(107.394)
Mútuo - Cooperativa	(12.498)	(12.498)	-	-	-	(12.498)
Mútuo - Partes relacionadas	(86.216)	(104.683)	(66.286)	-	-	(38.397)
Fornecedores de cana e diversos	(174.338)	(271.087)	(160.271)	(49.159)	(61.657)	-
Dividendos e Juros S/ Capital Próprio	(28.161)	(28.161)	(14.829)	(6.666)	(6.666)	-
Outras contas a pagar	(1.628)	(1.628)	(1.628)	-	-	-
Total	(1.385.200)	(1.823.519)	(571.481)	(323.121)	(626.409)	(302.508)

31 de março 2025	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	(498.281)	(700.182)	(238.007)	(181.840)	(232.936)	(47.399)
Financiamentos - Cooperativa	(26.109)	(26.109)	(23.675)	(2.434)	-	-
Passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas	(439.760)	(637.027)	(165.565)	(126.835)	(162.831)	(154.217)
Mútuo - Cooperativa	(12.498)	(12.498)	-	-	-	(12.498)
Mútuo - Partes relacionadas	(94.816)	(111.054)	(77.808)	-	-	(33.246)
Fornecedores de cana e diversos	(103.522)	(159.045)	(103.522)	(25.973)	(29.550)	-
Dividendos e Juros S/ Capital Próprio	(26.640)	(26.640)	(26.640)	-	-	-
Outras contas a pagar	(1.154)	(1.154)	(1.154)	-	-	-
Total	(1.202.780)	(1.673.709)	(636.371)	(337.082)	(425.317)	(247.360)

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

As operações da Companhia são em sua grande maioria indexadas a taxas pré-fixadas, já as operações com taxas pós fixadas, são preponderantemente indexadas pela variação da TJLP e CDI, sendo assim, a administração de uma maneira geral entende que qualquer oscilação nas taxas de juros, não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	2026	2025
Caixa e Equivalentes de Caixa	432.935	173.590
Instrumentos financeiros derivativos	(29.245)	(27.753)
Mútuo com partes relacionadas	(86.216)	(94.816)
Empréstimos e Financiamentos	(711.539)	(498.281)
Financiamentos - Cooperativa	(27.015)	(26.109)
Exposição Líquida	(421.080)	(473.369)

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos financiamentos e dos ativos, a Companhia efetua uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O Cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o Cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:



31 de março de 2026 Instrumento	Valor	Risco	Cenário 1		Aumento do Índice 25%		Aumento do Índice 50%		Redução do Índice 25%		Redução do Índice 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros												
Caixa e equivalentes de caixa	432.314	CDI	14,73	63.680	18,41	79.600	22,10	95.520	11,05	47.760	7,37	31.840
Total dos ativos financeiros	432.314											
Passivos financeiros												
Mútuo com partes relacionadas	(19.931)	CDI	14,73	(2.936)	18,41	(3.670)	22,10	(4.404)	11,05	(2.202)	7,365	(1.468)
Empréstimos e Financiamentos - Capital de giro	(327.520)	CDI	14,73	(48.244)	18,41	(60.305)	22,10	(72.365)	11,05	(36.183)	7,365	(24.122)
Empréstimos e Financiamentos - BNDES	(29.821)	IPCA	5,79	(1.727)	7,24	(2.158)	8,69	(2.590)	4,34	(1.295)	2,895	(863)
Financiamentos Cooperativa	(27.015)	CDI	14,73	(3.979)	18,41	(4.974)	22,10	(5.969)	11,05	(2.984)	7,365	(1.990)
Total dos passivos financeiros	(404.287)			(56.886)		(71.107)		(85.328)		(42.664)		(28.443)
Impacto no resultado e no Patrimônio Líquido				6.794		8.493		10.192		5.096		3.397

Fonte: A informações do CDI foram extraídas da base da Cetip com a data-base do último dia útil de março de 2026.

31 de março de 2025	Valor	Risco										
			Cenário 1		Aumento do Índice 25%		Aumento do Índice 50%		Redução do Índice 25%		Redução do Índice 50%	
Instrumento			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros												
Caixa e equivalentes de caixa	171.101	CDI	11,21	19.180	14,01	23.976	16,82	28.771	8,41	14.385	5,61	9.590
Total dos ativos financeiros	171.101											
Passivos financeiros												
Mútuo com partes relacionadas	(17.008)	CDI	11,21	(1.907)	14,01	(2.383)	16,82	(2.860)	8,41	(1.430)	5,61	(953)
Empréstimos e Financiamentos - Capital de giro	(453.579)	CDI	11,21	(50.846)	14,01	(63.558)	16,82	(76.269)	8,41	(38.135)	5,61	(25.423)
Empréstimos e Financiamentos - BNDES	(44.702)	IPCA	5,79	(2.588)	7,24	(3.235)	8,69	(3.882)	4,34	(1.941)	2,9	(1.294)
Financiamentos Cooperativa	(26.109)	CDI	11,21	(2.927)	14,01	(3.659)	16,82	(4.390)	8,41	(2.195)	5,61	(1.463)
Total dos passivos financeiros	(541.398)			(58.268)		(72.835)		(87.401)		(43.701)		(29.133)
Impacto no resultado e no Patrimônio Líquido				(39.088)		(9.771)		(19.542)		9.772		19.545

Fonte: A informações do CDI foram extraídas da base da Cetip com a data-base do último dia útil de março de 2025.

(v) **Risco operacional**

Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/ operacionais. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar (principal fonte de matéria prima para a produção de açúcar, etanol, demais derivados de cana-de-açúcar e cogeração de energia elétrica), que requer um período de 12 a 18 meses para maturação e início da colheita, a qual ocorre entre os meses de abril e dezembro, gerando certas flutuações nos estoques e no suprimento desta matéria-prima por impactos de condições climáticas adversas. Assim como outras empresas do agronegócio e produtores rurais, A Companhia está sujeita a riscos climáticos, dentre eles o risco de secas prolongadas, geadas e incêndios. Para mitigar os impactos desses fenômenos, A Companhia realiza o monitoramento constante desses riscos, bem como adota medidas mitigatórias, caso venham a ocorrer. A Companhia não foi afetada de forma relevante nos incêndios divulgados pela mídia, sendo que os incêndios ocorridos nas lavouras da Companhia, não causaram impactos significativos nas operações ou no valor justo de seus ativos e passivos. A administração da Companhia está monitorando a situação, e até o momento não identificou alterações em suas estimativas contábeis que possam gerar perdas nas demonstrações financeiras da Companhia.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos financeiros derivativos

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos possíveis efeitos das mudanças nos fatores de risco relacionados aos instrumentos financeiros derivativos que a Companhia está exposta. A análise foi feita considerando variações de 25bps e 50bps (*basis points*) na curva futura do câmbio ou do preço das *commodities*.

Instrumentos financeiros derivativos	Fator de risco	Cenário variação 25 bps	Cenário variação 50 bps
Contratos a termos de moeda (NDF) - Dólar	Alta na taxa de câmbio R\$/USD	(1.637)	(3.274)
Total		(1.637)	(3.274)

(vi) **Risco de volatilidade do preço de commodities**

A Companhia está exposta aos riscos de alterações nos preços das commodities de acordo com seu *mix* de produção de açúcar e etanol. No resultado das demonstrações financeiras deste exercício e para as próximas safras foram precificadas junto à Copersucar os seguintes volumes e preço de açúcar na data das demonstrações financeiras:

	SF 26/27		SF 27/28	
Açúcar	97.846 ton	R\$ 2.381	48.262 ton	R\$ 2.317

- os valores precificados estão expostos em Reais e se refere a uma tonelada de açúcar.
- Em relação ao etanol, o Grupo vem acompanhando a variação do preço e monitorando o volume e *mix* de produção de acordo com o contrato de entrega com a Cooperativa, uma vez que não temos um mercado ativo para precificação do etanol.

34 Gerenciamento de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir, conforme números abaixo:

	2026	2025
Total do passivo	1.559.118	1.388.889
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(432.935)	(173.590)
(=) Passivo líquido (a)	1.126.183	1.215.299
Total do patrimônio líquido (b)	619.746	579.217
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (a/b)	1,82	2,10

35 Compromissos

Compromisso de compra de cana-de-açúcar

A Companhia possui diversos contratos de parceria agrícola com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada para cada período de colheita ao término de tal período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA.

Compromisso de fornecimento de açúcar e etanol

A Companhia possui contrato de exclusividade de fornecimento de açúcar e etanol com a Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, pelo prazo de três anos/safras, sendo o contrato renovado a cada safra.

A Companhia também é interveniente garantidora das operações de venda de açúcar e etanol correspondentes ao contrato firmado pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo perante a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando, diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, para os mercados interno e externo.

* * *

Composição da Administração

Sandro Henrique Sarria Cabrera
Diretor

Roberto de Biasi
Diretor

Daniel Gil Ruiz
Gerente de Controladoria
CRC nº 1SP-259283/O-2

Marcio Fernando Pedro
Contador
CRC nº 1SP-330174/O-2